



ACÓRDÃO Nº 100/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11385/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Anamã.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Sr. Benedito Soares Bastos – Ordenador de Despesa.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6989/2016-MP-EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fls.642/646).
- 8- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Anamã. Exercício de 2015.

Regularidade com ressalvas. Multa. Quitação. Determinar.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, em **divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Benedito Soares Bastos**, Presidente da Câmara Municipal de Anamã e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do art. 1º, II, e art. 22, II, da Lei 2423/1996; artigo 18, inciso II, da LC nº. 06/1991; c/c art. 188, §1º, II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE, a Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2015, da Câmara Municipal de Anamã.
- 9.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Benedito Soares Bastos** no valor de **R\$ 5.000,00**, nos termos do parágrafo único, do artigo 53, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, valor atualizado pela Resolução nº. 25/2012, pelas impropriedades constantes nos itens 02; 03; 04; 05; 06 e 07 do Relatório/ Voto, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por descumprimento das improbidades apontadas. Fixe o prazo de 30 (trinta) dias (artigo 174 do RITCE) para que o **Sr. Benedito Soares Bastos**, Presidente da Câmara Municipal de Anamã e Ordenador de Despesas, à época, recolha aos cofres da Fazenda Estadual os valores da multa ora aplicada, com a devida comprovação nestes autos. Na hipótese de expirar este prazo, aquela importância deverá ser atualizada



ACÓRDÃO Nº 100/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

monetariamente (artigo 55, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas no artigo 173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM;

9.3. Dar quitação ao Sr. Benedito Soares Bastos, Presidente da Câmara Municipal de Anamã e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 23 e 72, I, da Lei n. 2423/1996 – LOTCE; artigo 189, inciso I, da Resolução n. 04/2002 – RITCE.

9.4. Determine à Secretaria do Tribunal Pleno que:

9.4.1. Encaminhe à atual Administração da Câmara Municipal de Anamã, cópias das peças emitidas pela Comissão de Inspeção e pela Representante Ministerial, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras;

9.4.2. Notifique o **Sr. Benedito Soares Bastos**, Presidente da Câmara Municipal de Anamã e Ordenador de Despesas, à época, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do Acórdão e, querendo, apresente o devido recurso;

9.4.3. Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 4/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE/AM;

9.5. Por maioria, aplicar Multa ao Sr. Benedito Soares Bastos no valor de **R\$ 3.288,09**, na forma prevista no art. 308, II, da Res. 4/2002 - RITCE, alterada pela Resolução nº. 25/2012, correspondente a R\$ 1.096,03, por mês de competência (agosto, setembro e dezembro do exercício de 2015), relativo aos dados e demonstrativos contábeis ACP/Captura, remetidos ao Tribunal de Contas, fora do prazo fixado no artigo 4.º da Resolução nº. 10/2012– TCE/AM, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por descumprimento de/pelas improbidades apontadas. Fixe o prazo de 30 (trinta) dias (artigo 174 do RITCE) para que o **Sr. Benedito Soares Bastos**, Presidente da Câmara Municipal de Anamã e Ordenador de Despesas, à época, recolha aos cofres da Fazenda Estadual os valores das multas ora aplicadas, com a devida comprovação nestes autos. Na hipótese de expirar este prazo, aquela importância deverá ser atualizada monetariamente (artigo 55, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas no artigo 173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº. 04/2002 –



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº 100/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

RITCE/AM;

Vencido o voto destaque do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro que votou pela inaplicabilidade de multa do ACP.

10- Ata: 3ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 13 de Fevereiro de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Julio Cabral (Presidente, em sessão), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

JULIO CABRAL

Conselheiro-Presidente, em sessão

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira Relatora

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral